

"Ditadura de Covas preocupa pemedebista"

AMC

P-5

9 JUN 1987

BRASÍLIA — "Percebam, Covas não quer negociar. Ele foi eleito líder do PMDB na Constituinte e o é de uma só facção. É a ditadura de Covas e dos relatores das comissões temáticas". A afirmação é do deputado Mendes Ribeiro (PMDB/RS) para quem está sendo montada de uma máquina de comunicação insuspeitamente montada com o objetivo de cubanizar o Brasil".



Lembrando a frase de Tancredo Neves — "não vamos nos dispersar" — o deputado acusou a "esquerda festiva" de estar trabalhando pela desorganização da maioria. "Tiram proveito da desesperança e da frustração do povo brasileiro e com menos de 120 votos querem legislar por quase 600 constituintes", bradou o parlamentar. O deputado está convencido de que a melhor estratégia para a "maioria" é organizar-se melhor e "não se deixar levar por regimentos rasgados, prazos manobrados, interesses pessoais em primeiro plano ou pelas reconhecidas e superadas

retiradas do plenário da minoria impotente".

Posições minoritárias—Mendes Ribeiro afirmou que os relatórios das comissões temáticas não refletem o trabalho desenvolvido nas subcomissões e acusou a imprensa de estampar em suas manchetes as posições da minoria e nunca as dominantes. "Que esquerdismo é este pregando contra favores e, sem exceção, alimentando a máquina empreguista? Seus ditos líderes são campeões de nomeações, favorecimentos, principais repartidores do bolo do poder", disse o parlamentar.

Para apontar as contradições deste grupo, do qual ele só citou o senador Mário Covas como integrante, o deputado assinou que os que defendem a reforma agrária não querem a estatização do ensino. Mendes Ribeiro acusou Covas de colocar a Constituinte a seu serviço, na condição de candidato à sucessão do presidente José Sarney. E desafiou: "Na desorganização pré-fabricada alardeia (Covas), com seus arautos, que o partido tem sua cara, seus propósitos. Não tem. Provaremos no plenário".

Só escola pública terá verba

O dinheiro do contribuinte só poderá ser usado pelo governo para sustentar escolas públicas; não haverá conselho de comunicação para definir quem deve explorar os canais de rádio e televisão (a atribuição continua sendo do presidente da República); a reserva de mercado na informática está prevista na Constituição mas sua regulamentação dependerá de posterior lei do Congresso e a censura passa a ter apenas caráter classificatório nas diversões públicas.

Estes foram os principais pontos do parecer do deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), relator da Comissão de Educação da Constituinte. Houve restrições ao trabalho. O deputado Álvaro Valle disse que o relatório atrasa o país porque entrega ao estado o direito de definir quem deverá receber dinheiro do governo para pesquisas e poderá causar perplexidade nos meios educacionais: as 20 universidades católicas dependem de verba do contribuinte para continuar funcionando.

— Não há mesmo como continuar ajudando as universidades católicas — reconheceu o ministro da Educação, Jorge Bornhau-

sen, fazendo restrição também à criação de um Plano Nacional de Educação, a ser feito por órgão representativo, conforme sugestão do relator: "Será um assembleísmo, porque já temos o Conselho Federal da Educação, encarregado de elaborar os planos educacionais".

Eleição— Artur da Távola, contudo, está feliz com suas sugestões. Diz que seu trabalho buscou analisar com seriedade o problema educacional e que a sugestão de elaboração de um plano de educação visa a democratização do ensino. Mas ele respondeu às críticas do deputado Álvaro Vale: os dois são candidatos à prefeitura do Rio e já estão duelando na Constituinte: "O deputado Álvaro Valle é um homem inteligente mas sequer leu o parecer. Ele, inclusive, faz parte da Comissão mas não apareceu em nenhuma das reuniões para dar qualquer sugestão".

— Na verdade o deputado Artur da Távola, uma das melhores figuras da casa, não conseguiu uma boa assessoria", disse Álvaro Valle.

Direito ao FGTS é omitido

BRASÍLIA — o relator da Comissão da Ordem Social, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), modificou quase que inteiramente a proposta apresentada na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e não acatou em seu substitutivo a garantia plena de estabilidade de emprego desde a admissão. Surpreendentemente, o senador deixou de incluir em seu trabalho o direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), numa atitude que lhe provocou muitas críticas. Garantiu, porém, o amplo direito de greve, com apenas uma observação: "Serão estabelecidas providências e garantias que assegurem a manutenção dos serviços essenciais à comunidade".



Considerada reduto dos progressistas a Comissão da Ordem Social — engloba o direito dos trabalhadores, das minorias e a parte de saúde —, em sua primeira versão, na fase das subcomissões, provocara muitas polêmicas ao propor a estabilidade de emprego desde a admissão. Na versão de Almir Gabriel, a palavra "estabilidade" foi eliminada e em seu lugar apareceu o seguinte texto:

"I — Garantia do direito ao trabalho mediante relação de emprego estável, ressalvados:

- contrato a termo;
- ocorrência de falta grave comprovada judicialmente;
- prazos definidos em contratos de experiência, atendidas as peculiaridades do trabalho a ser executado;
- superveniência de fator econômico intransponível, técnico ou de infortúnio da empresa, sujeito a comprovação judicial".

"O Almir acabou com a estabilidade e veio com essa versão que não diz nada, não garante nada e ainda acaba com o Fundo de Garantia", reagiu o deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG), um dos membros da Comissão da Ordem Social.

Mas, se faz modificações em pontos considerados fundamentais por muitos dos companheiros da comissão, Almir Gabriel acabou mantendo a jornada de 40 horas semanais de trabalho, que foi alvo de muitas críticas de entidades patronais. O relator manteve, também, toda a proposta relativa à saúde, criando o Sistema Unico de Saúde, que fica sob a responsabilidade do Estado.